



**17º Domingo depois de Pentecostes (11.09.05)
Próprio 19**

1ª Leitura - Eclesiástico 27:30 a 28.7

Eclesiástico foi escrito cerca de 180 A.C. Trata-se de admoestações de um mestre baseado na sabedoria. O trecho em questão está dentro de orientações sobre a construção e manutenção da teia ou tessitura social cuja essência é a confiança. Um exemplo disso é o que o autor diz: “quem revela o segredo destrói a confiança e nunca mais encontrará um amigo íntimo”. Essa perda é comparada com a fuga de um pássaro, (27.16ss.) O uso distorcido das palavras destrói as pessoas e a relação de confiança. Em outras palavras, o autor sugere que haja uso responsável da palavra.

Outro ponto é a vingança e retribuição. É o que acontece (vs.25ss.). Por isso, o autor proclama o fim para o processo de vingança e retribuição. Quem faz vingança sofrerá a vingança de Deus. Isso equivale a dizer que é muito importante confiar na justiça de Deus, em última instância, e perdoar uns aos outros. Isto assemelha-se à Oração Dominical. O perdão do pecado por parte de Deus é condicional ao perdão aos outros. É possível que o recorte de hoje tenha sido selecionado em função do Evangelho, onde Jesus diz com respeito ao perdão: não lhe digo que até sete vezes, mas até setenta vezes sete. (*Dom Sumio Takastu*)

Epístola - Romanos 14.5-12

Este texto deve ser lido no contexto dos capítulos 14:1 a 15:13. Sugiro que inclua-se na leitura desta perícopes os versos 1 ao 4 para que melhor se componha a moldura deste retrato. Através destas orientações práticas (práxis), que Paulo continua a abordar, aparecem duas questões conflituosas e de grande importância para os respectivos usuários, conseqüentemente, geradoras de muito alvoroço, mal-estar, intrigas e fofocas nas igrejas. As questões são: a alimentação e a diferenciação entre dias e dias.

Não esqueçamos que Paulo não somente não fundou esta comunidade (desconhecendo-se sua exata origem) como também (ainda) não conhecia Roma. Neste tempo o Apóstolo estava em Corinto (ano 58), onde ditou esta carta ao seu secretário Tércio (16:22) e que foi levada a Roma pela diaconisa Febe (16:1). Apesar de ser sua intenção anunciar o Evangelho no coração do império (indo até a Espanha, 15:23-24), para lá estava sendo levado preso por ter apelado ao Imperador dada sua cidadania romana (*civis romanus*, At 22: 25-30). Este título de nobreza lhe concedia certos privilégios (por exemplo, de livre trânsito, de processo e julgamento perante o Imperador (em Roma), de votar, etc).

Se por um lado temos as práticas judaicas (a partir da observação da Torah), do outro estão os costumes pagãos (festivais). Se isso por si só não bastasse,



acrescente-se ainda a influência e a pressão de ambas sobre as comunidades cristãs, particularmente, na de Roma (metrópole do mundo de então). Não esqueçamos de que, nestes primeiros tempos de expansão do cristianismo, os neo-conversos provinham do judaísmo e/ou do mundo helênico (composto de uma ampla diversidade de culturas e tradições religiosas).

Na introdução (v. 1) aos assuntos, Paulo fala do acolhimento e do respeito ao "fraco/débil na fé", ou seja, aquela pessoa que ainda não tem elementos suficientes ou firmeza nos postulados básicos do cristianismo. É o caso daquelas pessoas que não tem bagagem e nem experiência necessárias para poder discernir o que é ou não fundamental à conduta cristã. Por isso, o apóstolo pede que simplesmente recebam estas pessoas na comunidade, sem discutir com elas qualquer ponto de vista doutrinal. A acolhida é o primeiro passo para a conversão.

No que diz respeito à questão da alimentação, nos vs. 2 e 3, Paulo sugere que cada um, ao praticar seu costume ou regime alimentar, respeite aqueles que agem de modo diferente. O gentio, por sua vez, "come de tudo", ao passo que o judeu "só come legumes", contudo, um não deve julgar o outro porque "Deus os acolhe assim mesmo". Ou seja, a forma de se alimentar não é questão essencial à fé cristã. Que cada pessoa se adapte àquele tipo de alimentação que melhor lhe servir. Apesar de não referir-se explicitamente à carne, é possível que esta seja a questão de fundo no que diz respeito aos "sacrifícios", seja dos judeus (oferecendo a Javé), seja dos gentios (oferecendo aos deuses pagãos, "ídolos" para o cristianismo);

O v. 4 parece ser uma interpolação, dada sua descontextualização, entretanto, faz sentido ao ser correlacionado neste texto se o entendermos a partir do "não preconceito" (que já é um julgamento) ao pensar algo de alguém, ex. "fulano é fraco na fé". Entretanto, "como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor tem piedade dos que o temem" (Sl, 103:13), assim deve ser a prática dos cristãos ao acolher todas as pessoas.

Quanto a expressão "ficar de pé ou cair" (vencer ou fracassar, condenar ou absolver) demonstra o comportamento e a fidelidade do servo aos desígnios do seu senhor (patrão). E, no caso dos cristãos, isso é assunto de total exclusividade entre a pessoa e Deus, sendo que, para o crente, Deus o manterá (de pé) porque "o Senhor pode fazê-lo vencer".

No que diz respeito à diferenciação entre os dias (vs. 5 a 6a), temos duas possibilidades (como pano de fundo) bastante discutíveis exegeticamente: uma é que se trataria da questão judaica relativa a guarda do *shabat* e os jejuns prescritos na Torah (observados por Paulo); outra é que pode referir-se à grande infinidade de dias (feriados) dedicados aos mais diferentes deuses, ocasiões em que se promoviam grandes festivais populares.

No final do verso 6 Paulo retoma a questão alimentar, concluindo o tema: "quem come, come para o Senhor; quem não come, para o Senhor não come", porém, independentemente da prática escolhida, ambos dão graças a Deus. Exatamente esta graça é que dá a cada pessoa o direito e a liberdade de escolher o que melhor lhe convém. Contudo, ninguém pode viver sob a Graça de Deus se não perdoar a seu irmão (texto do Eclesiástico). No Evangelho de hoje retoma-se o ensinamento do Sirácida e, a partir da pergunta (legalista e farisáica, porém, didática)



de Pedro sobre o perdão ("quantas vezes devo perdoar?"), Jesus acrescenta a história do devedor que pediu (e recebeu o perdão), mas que não teve a mesma conduta misericordiosa para com o seu devedor. O perdão brota gratuito e espontâneo do coração de toda a pessoa que já foi tocada por Deus e segue o exemplo de Jesus.

Nos vs. 7 a 9 o Apóstolo dos Gentios volta a afirmar a absoluta supremacia de Deus sobre a totalidade da vida, incluindo a morte (vide Ofício de Sepultura, LOC. Pág. 194) e o juízo final. Deus não só tem e detém o domínio sobre o mundo todo como também controla toda a vida, nada escapando ao seu cuidadoso amor por toda a criação.

Contudo, é a partir do v. 10 ao 14 que Paulo retoma o assunto do julgamento, afirmando categoricamente que "cada um de nós prestará contas a Deus individualmente" (v.12). Ou seja, que cada um cuide de seu próprio nariz, pois, Deus é o único e supremo juiz e somente perante Ele se "dobrará todo o joelho e toda língua dará gloria a Deus" (v.11). Esta é uma antiga fórmula de juramento e afirmação da soberania de YAHWEH muito freqüentes no Primeiro Testamento e bastante observadas e repetidas pelos judeus em todo tempo.

Finalmente, cabe lembrar que este trecho epistolar de hoje está no contexto do "amor fraternal" e que, pela insistência de Paulo, esse sentimento deve orientar a convivência e conduzir todas as relações entre os membros da comunidade cristã. Inclui-se aqui a acolhida ao Outro, mesmo que para isso precisemos (e devemos) reciclar a nossa fé e, principalmente, a nossa maneira de viver e conviver com a diferença. (*Rev. Ramacés Hartwig*)

Santo Evangelho - Mateus 18.21-35

Quanto você deve aos seus pais? Quanto seu filho deve a você? Quanto o marido deve para a esposa e a esposa para o marido? Quanto a igreja deve ao pastor e o pastor à igreja? E, afinal, quantas vezes devemos perdoar alguém?

Falamos de contas cujos resultados nunca farão sentido, porque são impossíveis de serem feitas pela matemática. Elas não fazem parte da dimensão financeira da vida. Tentar usar papel e lápis seria, no mínimo, injusto e sem sentido, pois há compromissos que são primeiramente morais, emocionais e não unicamente monetários. Não são pagos a não ser com amor, perdão e graça. É isto que o texto propõe como reflexão: qual a medida do perdão e da dívida e quais as implicações desses atos?

O ponto de partida do evangelho deste domingo é a indagação de Pedro e, logo de início, a matemática de Jesus desestrutura a lógica do discípulo: o perdão não tem limites! O mesmo princípio, vale lembrar, não deve valer para o rancor e desamor, pois esses, sim, devem ter um fim. Mais uma vez o Mestre faz uma releitura da tradição, das leis do AT trazendo um novo jeito de ver as coisas. Releitura implica em mudança e há pessoas que preferem tudo como está. É necessário, porém, que uma



releitura das normas e costumes que nos cercam seja feita, pois há sempre um jeito novo de ver o que é velho!

Assim, para não deixar dúvidas, Jesus conta uma breve história, uma parábola cheia de contrastes e na qual alguns elementos se destacam: (1) A dívida do servo era altíssima, 10 mil talentos! Pra se ter uma idéia consta nos registros históricos que o salário de Herodes perfazia 200 talentos. O recurso de linguagem indica, portanto, que era uma quantidade alta demais; (2) A *lei* previa a venda do devedor como escravo (Ex 22.3). O rei usa de misericórdia para com ele, mas o que foi perdoado, não perdoa. Alerta para nós que, em nossa fraqueza, não acreditamos no perdão como elemento restaurador e terapêutico; (3) Seria justo que fizesse por alguém o que o rei havia feito por ele, mas isso não acontece. O perdoado fora tratado com graça, mas se pauta pelo legalismo.

Há dívidas impossíveis de serem pagas e só podem ser perdoadas pela graça de Deus! E, apesar de vivemos diariamente do perdão do Pai, não somos ainda capazes de perdoar. Continuamos agindo como o servo ingrato. Conseguimos ser justos com quem nos trata bem – é o alcance máximo do nosso amor. Quais as medidas que usamos para com o outro? Recorremos constantemente ao direito e à condenação atribuindo-lhes valores necessários para nossas medidas e nos esquecemos do único valor exigido por Cristo: o amor e o perdão. Somos constantemente coniventes com tantas agressões ao nome de Deus (fome, violência, desemprego, injustiças, descaso, etc), mas não engolimos nada que se diga a nosso respeito – queremos logo “esclarecer” as coisas. Não temos tempo para Deus, dinheiro para Deus, disposição para Deus, mas uma palavra atravessada basta para que deixemos a igreja, nos afastemos do povo, falemos mal daqueles que sempre estiveram conosco. Se alguém nos diz alguma verdade, não gostamos dele; se alguém nos faz uma advertência, condenamos. O pastor é o que mais sofre.

Por que é tão difícil perdoar? 1. porque centramos em nós mesmos: na nossa dor, no nosso sofrimento, no nosso eu; 2. porque não temos forças e nos iludimos tentando vencer pelo nosso próprio esforço ; 3). porque não temos memória - a que temos só funciona contra nós e não em nosso favor; 4) porque temos medo!

Deveríamos lembrar sempre que o perdão é um senso de justiça que ultrapassa a razão humana. Diante dele e de sua eficácia nossa “aparente bondade” cai por terra, transforma-se em flashes do passado que apenas nos impedem de usufruir da graça de Deus, da graça do perdão.

O texto de hoje não fala de números, fala de atitudes, de relacionamentos, de ações humanas possíveis unicamente pela graça e misericórdia de Deus!

Perdão é graça. Não faz mesmo sentido, mas devolve o sentido à vida; não segue a lógica, mas organiza a vida. E mais: é o ofendido que deve dar o primeiro passo rompendo assim suas limitações e proporcionando ao ofensor a possibilidade de se sentir redimido, integrado e amado novamente. (*Selma Almeida Rosa*)